



1
2 GOVERNO FEDERAL
3 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
4
5
6
7
8
9
10
11
12

13 **Ata da XVI PLENÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR**
14 **E NUTRICIONAL**
15
16
17
18

19 **Brasília/DF.**
20 **24 de setembro de 2014**
21
22
23
24
25
26
27
28

29 *(Transcriçãoipsis literis)*
30 *Estenotípiapresencial*
31 *TEXTOS SOLUÇÕES - Estenotípiapresencial, Digitação e Revisão de Textos Ltda.*
32 *(61-9115-4769)*
33
34

35
36
37
38

Ata da XVI REUNIÃO ORDINÁRIA

39 Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e catorze, no Auditório do
40 Anexo I, Térreo do Palácio do Planalto, Brasília, DF, foi realizada a XVI Reunião
41 Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea),
42 órgão de assessoramento da Presidência da República, instituído por meio da Lei nº
43 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei nº 11.346, de
44 15 de setembro de 2006, e regulamentado pelo Decreto nº 6.272, de 23 de novembro
45 de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta proposta: Manhã, das 9h às
46 9h05: 1) Aprovação da pauta da XVI Plenária e da ata da XV Plenária e Informes –
47 Maria Emília Lisboa Pacheco – Presidenta do Consea. 2) Educação alimentar e
48 nutricional na promoção da segurança alimentar e nutricional – das 9h05 às 11h30.
49 **2.1.** Determinantes e desafios para a alimentação saudável e o papel da educação
50 alimentar e nutricional para a promoção da SAN – **Elisabetta Recine**, conselheira do
51 Consea Nacional; **2.2.** Experiência de Tomar do Geru, Sergipe: Ações de EAN no
52 Programa Saúde na Escola – **José Joílson de Jesus Oliveira**, coordenador
53 municipal do Programa Saúde na Escola; **2.3.** Políticas públicas de educação
54 alimentar e nutricional – **Arnoldo de Campos, secretário executivo da Caisan**; **2.4.**
55 Experiência de Barbacena, Minas Gerais: Educação alimentar e nutricional em
56 unidades da assistência social – **Lélia Cápua Nunes**; **2.5.** A importância do
57 patrimônio e cultura alimentar na Educação alimentar e Nutricional – **Regina**
58 **Nogueira**, conselheira do Consea Nacional. **2.6.** Debates. 3) **Lançamento oficial do**
59 **relatório “O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato**
60 **multidimensional”** – 11h30 às 12h30. **3.1.** **Alan Bojanic**, representante da
61 Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil; **3.2.**
62 **Tereza Campello**, ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
63 e secretária geral do Consea Nacional. **4) TARDE** - Apresentação da Campanha
64 Internacional da Cáritas no Brasil – Marcelo Lemos, das 14h30 às 14h45. **5) 5ª**
65 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – **Maria Emília Lisboa**
66 **Pacheco – presidenta do Consea** – 14h45 às 17h30. **5.1.** Informes; **5.2.** Indicação
67 de membros para as subcomissões da Comissão Organizadora; **5.3.** Indicação de
68 temas, local e número de participantes dos Encontros Temáticos; **5.4.** Indicação do
69 lema da conferência a partir da sugestão da Mesa Diretiva. 6) Aprovação de

70 propostas de Exposições de Motivos e/ou Recomendações das Comissões
71 Permanentes, dos Grupos de Trabalho e da Comissão de Presidentes (as) dos
72 Conseas Estaduais/Distrital – relato dos(as) coordenadores(as) das instâncias
73 (CPCE, CP7, CP6, CP5, CP4, CP3, CP2, CP1, GTs). **7) Encerramento.** A XVI
74 Plenária teve como principal objetivo discutir a educação alimentar e nutricional na
75 promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. A abertura dos trabalhos foi feita
76 pela presidenta do Consea, Maria Emília Lisboa Pacheco, que saudou a plenária com
77 as boas-vindas, anunciando que os trabalhos da parte da manhã deveriam ser
78 realizados até às 11h30 devido a presença da ministra Tereza Campello, do
79 Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), durante a apresentação do
80 relatório da FAO. Em seguida, indagou à plenária se haveria algum óbice com relação
81 à ata da XV Reunião Ordinária do Consea e com relação à pauta apresentada. Não
82 havendo manifestação, ambas foram consideradas aprovadas. A presidenta Maria
83 Emília agradeceu a presença dos conselheiros e conselheiras e de representantes de
84 órgãos governamentais, notadamente do Ministério da Educação, a senhora
85 Albaneide, a diretora de Currículos e Educação Integral, senhora Clarice Traversini e
86 do presidente do FNDE, senhor Romeu Caputo, passando-lhe a palavra, antes da
87 composição da primeira mesa de trabalho. O senhor Romeu Caputo agradeceu o
88 convite e justificou a ausência do ministro Henrique Paim por motivos de agenda de
89 viagem. Apresentando-se à plenária, salientou a importância da educação alimentar e
90 nutricional em todos os níveis escolares, especialmente na área da educação infantil,
91 destacando a importância do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) na
92 agricultura familiar e no importante papel do FNDE para o repasse de recursos aos
93 estados e municípios para essa finalidade. Em seguida, a senhora Maria Emília
94 passou à composição da mesa para o segundo tema de pauta: **educação alimentar**
95 **e nutricional na promoção da segurança alimentar e nutricional**, convidando o
96 senhor Arnaldo de Campos, secretário executivo da Caisan; a conselheira Elisabetta
97 Recine, coordenadora da CP7 do Consea; o senhor José Joílson de Jesus Oliveira,
98 coordenador municipal do programa Saúde na Escola/Sergipe; a senhora Lélia Cápua
99 Nunes, de Barbacena/MG e a conselheira Regina Nogueira da CP5. Mesa composta,
100 a senhora Maria Emília explicou que os componentes da mesa fariam uma exposição
101 sobre a abordagem do tema, sob vários ângulos, iniciando-se com a conselheira
102 Elisabetta Recine que discorreu sobre os determinantes e desafios para a
103 alimentação saudável e o papel da educação alimentar e nutricional para a promoção

104 da Segurança alimentar e nutricional. A senhora Elisabetta salientou que para a
105 consecução da educação alimentar e nutricional há que considerar desde a dimensão
106 da forma como o alimento é produzido, transformado, transportado, comercializado, e
107 preparado para o consumo humano. Em seguida, a senhora Maria Emília passou a
108 palavra ao professor Joílson de Jesus Oliveira para a narrativa da experiência dele na
109 cidade de Tomar do Geru, Sergipe, sobre ações de educação alimentar e nutricional
110 no programa Saúde na Escola. O professor Joílson iniciou sua fala explicando como
111 fora instituído o Programa Saúde na Escola (PSE) no seu estado, dizendo que
112 especificamente na ação da promoção da alimentação saudável, atividades
113 educativas foram realizadas sobre modos de vida saudável com a comunidade
114 escolar considerando os alimentos regionais, fazendo uma narrativa detalhada das
115 ações intersetoriais que foram desenvolvidas no município. A presidenta do Consea
116 agradeceu pela exposição da experiência relatada, cumprimentando o professor pelo
117 trabalho. Em seguida, convidou a senhora Lélia Cápua Nunes para falar sobre a
118 experiência de trabalhar educação alimentar e nutricional em unidades dos Centros
119 de Referência de Assistência Social (Cras). A professora relatou que as atividades
120 nasceram em oficinas e que ali eram discutidos temas como alimentação saudável,
121 transgênicos, segurança alimentar, inclusive construindo hortas comunitárias, com a
122 ajuda da população. Relatou a professora que no Cras também eram trabalhados
123 temas transversais como a sustentabilidade, a violência, o trabalho infantil e um dos
124 temas anuais era alimentação saudável, desenvolvidos em parceria com órgãos não
125 governamentais e governamentais, usando para isso os cadernos metodológicos e
126 teóricos de EAN na Assistência Social. Terminado o relato, a presidenta Maria Emília
127 agradeceu pela exposição positiva e intersetorial e que as duas experiências
128 relatadas eram uma lição para todos do Consea. Em seguida, anunciou a fala do
129 senhor Arnaldo de Campos, secretário executivo da Caisan, que discorreu sobre o
130 trabalho que a Caisan realiza em preparação às plenárias de levantamento de
131 subsídios junto aos órgãos pertinentes ao tema, que, segundo ele, constitui-se em
132 tarefa gratificante e produtiva pela visão global das ações que estariam sendo
133 desenvolvidas no governo como um todo. Em seguida, o senhor Arnaldo fez um relato
134 do levantamento feito em relação ao lema da XVI Plenária, enfatizando que o tema já
135 fora incorporado como parte da estratégia da Política Nacional de Segurança
136 Alimentar e Nutricional e que perpassa a todas as ações da política do plano. O
137 senhor Arnaldo agradeceu a equipe pelo trabalho e destacou que a qualidade do

138 levantamento deveu-se ao engajamento dos ministérios em atendimento às
139 demandas. Em seguida, a senhora Maria Emília agradeceu pela exposição dizendo
140 ser muito importante a prática da busca dos dados e registrou que também o Consea
141 se utilizaria dessa incorporação da cultura política de preparação de subsídios para a
142 plenária, fruto da iniciativa das comissões permanentes e grupos de trabalho. Dando
143 prosseguimento às manifestações da mesa, a senhora Maria Emília passou a palavra
144 à conselheira Regina de Oliveira que discorreu a respeito da importância do
145 patrimônio e cultura alimentar na educação alimentar e nutricional, lembrando que a
146 palestrante falaria em nome das Comissões Permanentes 5 e 6, que são comissões
147 da população negras e comunidades tradicionais e da comissão de povos indígenas,
148 e que a abordagem é coerente com a perspectiva do Consea de avançar na
149 compreensão do sentido do etnodesenvolvimento. A senhora Regina salientou que a
150 resposta para obtenção da alimentação saudável de qualidade é ser radicalmente
151 tradicional e que os hábitos alimentares têm piorado haja vista os adoecimentos
152 causados pelos desequilíbrios alimentares. A senhora Maria Emília agradeceu pela
153 exposição e anunciou que a conselheira Elisabetta Recine iria apresentar as
154 propostas advindas de debates das comissões e grupos de trabalho como também
155 uma exposição de motivos específica para o assunto. A palestrante pontuou que nas
156 propostas discutidas nas comissões não havia alterações e que iria ler apenas as
157 questões novas que saíram das comissões, lembrando que comporiam uma
158 recomendação específica para o assunto. A conselheira passou então à leitura das
159 propostas: “Dificuldades e desafios: pouca informação sobre as políticas para
160 educação alimentar e nutricional; os movimentos e Conseas não estão se apropriando
161 das ações; a questão de EAN precisa ser mais debatida e difundida entre os
162 profissionais que lidam com alimentação, como as merendeiras por exemplo. Ainda
163 não há um processo de monitoramento e avaliação da incidência das estratégias de
164 governo. O Consea poderia avaliar os impactos das ações. Falta método de trabalho
165 mais claro para formação em EAN. Há uma carga grande de ações, mas que não se
166 sabe qual o alcance delas e em que medidas as ações estão tendo efeitos diretos e
167 gerando condicionalidades positivas para educação alimentar e nutricional. As ações
168 estão focadas em formação de formadores. Registrou-se a insatisfação da CP2 com a
169 ausência do ministro da Educação nesta plenária e no Consea. Propostas: O
170 processo formativo deve ter papel de destaque para que haja a garantia do direito
171 humano à alimentação adequada; necessidade de intersetorialidade por parte do

172 governo, o tema fica muito circunscrito na Secretaria de Educação. O tema deve ser
173 ampliado e debatido em outras áreas e secretarias de governo. A educação alimentar
174 e nutricional ainda não entrou nos currículos escolares. É preciso que essa discussão
175 entre nos currículos. O papel do Consea. Pauta não é priorizada nas discussões dos
176 Conseas estaduais. O papel do Consea seria dar conhecimento aos Conseas
177 estaduais das ações de discussão alimentar e nutricional e discussão dessa agenda,
178 terem indicadores de efetividade do processo para além dos resultados; publicizar
179 mais as ações, o que está sendo colocado em prática, promover campanhas que
180 abordem os eixos principais da política de educação alimentar e nutricional,
181 respeitando a linguagem de direitos. A educação alimentar e nutricional no conceito
182 da SAN e da soberania alimentar deve ter como foco tratar da alimentação adequada
183 como um direito humano com o objetivo de criar a cultura da alimentação como um
184 direito, através de ferramentas de instrumentos e mecanismos de exigibilidade do
185 direito; contextualização da alimentação adequada e saudável no âmbito da
186 exigibilidade do direito humano; incorporar nas políticas públicas os mecanismos de
187 exigibilidade divulgando o acesso a esses mecanismos, promovendo a cultura de
188 direito junto aos titulares, gestores e os espaços públicos de formação; tensionar a
189 proposição de uma política de educação alimentar e nutricional; o programa Mais
190 Educação, alimentação adequada e saudável que seja um macrocampo do programa;
191 garantir o orçamento nos diferentes setores para as diferentes ações de educação;
192 fortalecimento dos componentes da educação alimentar e nutricional na atenção
193 básica, pré-natal, amamentação, agenda dos primeiros mil dias; investir na agenda
194 federativa, aprofundando as responsabilidades e compromissos nas diferentes
195 esferas de governo; fortalecimento do PSE, o papel estratégico do programa para
196 qualificar a abordagem de temas fundamentais para a qualidade de vida das crianças
197 e jovens; reposicionar e revalorizar o programa no MEC; qualificar a produção de
198 materiais, formação dos professores e profissionais de saúde; mobilizar as escolas e
199 as unidades de saúde; mobilizar a rede de Conseas estaduais para abrir essa
200 agenda, tanto internamente como na interlocução com as diferentes secretarias
201 estaduais, pacto interfederativo; articulação com outros conselhos e com as Cians
202 que são as comissões intersetoriais de alimentação e nutrição que existem no âmbito
203 dos Conselhos de Saúde; mobilizar Conselhos Estaduais de Saúde via CEAN;
204 mobilizar Conselhos Estaduais de Saúde; mobilizar Conselhos Estaduais de Saúde,
205 via CEAN; ampliar os interlocutores para reforçar essa agenda, associação de

206 trabalhadores e profissionais; qualificação dos livros didáticos, abordando a
207 multideterminação e multidimensionalidade da alimentação adequada e saudável;
208 valorizar a temática de alimentação adequada e saudável e educação alimentar e
209 nutricional na formação dos profissionais de saúde; ampliar campos de ação para
210 assistência social e equipamentos de alimentação e nutrição e abastecimento; ampliar
211 o processo de divulgação do marco de referência e desdobramentos do marco e
212 materiais específicos; aproximar e valorizar atividades desenvolvidas pela sociedade
213 civil, estimulando um processo de diálogo e trocas de experiências; regular e proteger
214 os ambientes públicos de práticas pseudoeducativas e práticas voltadas ao
215 profissional, por exemplo, o *marketing* direcionado a profissionais, *marketing*
216 travestido de educação; retomar e valorizar a educação no âmbito do programa da
217 alimentação do trabalhador e o acesso do trabalhador à alimentação de qualidade e o
218 Programa de Alimentação do Trabalhador”. Em seguida fez a leitura da
219 recomendação relativa ao PAT. Concluída a leitura, a senhora Maria Emília colocou o
220 tema da recomendação em discussão. O conselheiro Renato Maluf disse estar de
221 acordo com a recomendação, mas sugeriu que o tema PAT não ficasse limitado à
222 recomendação, mas que fosse agregado à agenda do Consea. A senhora Anelise
223 Rizzolo expressou-se de acordo com a fala anterior, salientando sua convicção de
224 que o PAT seria um programa que precisaria ser resignificado na perspectiva da
225 segurança alimentar e nutricional e que o momento era oportuno para incorporá-lo
226 aos debates futuros. A senhora Regina reiterou que seria importante dar ênfase não
227 só à questão do valor nutricional, biológico e da saúde, mas também às mudanças na
228 questão alimentar do trabalhador e que isso estaria literalmente ligado às mudanças
229 das relações entre patrão e empregado. Em atenção às falas dos conselheiros
230 Renato e Anelise, a senhora Elisabetta explicou que os ministérios envolvidos na
231 questão do PAT estariam trabalhando na alteração da regulamentação do programa e
232 que, após isso, entendia-se a possibilidade de fazer uma discussão mais ampliada, e
233 explicou que o conselheiro Renato Maluf estaria sugerindo acrescentar um parágrafo
234 ao texto dizendo que o Consea também manifestava interesse de manter essa
235 discussão para ampliar e contextualizar o programa na reestruturação. Diante das
236 manifestações, a senhora Maria Emília pontuou que, na recomendação, haveria então
237 duas sugestões de acréscimo, e uma sugestão para o Consea como agenda.
238 Acrescentar um parágrafo sobre a importância que o Consea atribuía ao PAT e a
239 necessidade de participação nos debates de reestruturação. A senhora Michele Lessa

240 adiantou que a comissão formada no Ministério do Trabalho para o PAT era tripartite,
241 sendo assim, deveria, no mínimo, pedir que o Consea pudesse acompanhar esse
242 debate e estar presente às reuniões. A Senhora Maria Emília aquiesceu aos
243 argumentos apresentados assim como a plenária dando por encerrado este ponto de
244 pauta alusivo ao PAT. Voltando aos temas expostos pela conselheira Elisabetta
245 Recine que vieram das CPs e grupos de trabalho, a senhora Maria Emília sugeriu
246 como proposta que a Mesa Diretiva, com a contribuição da secretaria do Consea,
247 pudesse chegar à formulação dupla: uma exposição de motivos e um arrazoado de
248 indicações de propostas para aprofundamento, passando às manifestações da
249 plenária. O senhor Werner Fuchs salientou que a Caisan estaria omissa quanto à
250 questão da agricultura urbana e periurbana e que também no balanço da 4ª
251 Conferência+2 esse tema também não foi registrado. A senhora Clarice Traversini,
252 diretora de Currículos e Educação Integral do MEC, discorreu sobre as ações que
253 estão sendo realizadas pela Diretoria de Currículos e Educação Integral e que estava
254 naquele momento em discussão a base nacional comum curricular, ressaltando que o
255 FNDE seria o local apropriado para fomentar e ampliar essa discussão. A diretora
256 Clarice se colocou à disposição do Consea para estar presente para discutir mais
257 consistentemente as questões de educação alimentar que pudessem impactar
258 diretamente com as ações do Consea. A senhora Ana Maria Segall demonstrou
259 preocupação com a população carcerária e sugeriu incluir pauta sobre essa
260 população, pois, segundo ela, tratava-se de uma situação extremamente grave de
261 violação do direito humano à alimentação adequada. As conselheiras Elza Franco e
262 Sônia Lucena enfatizaram que a ausência do ministro da Educação em uma plenária
263 discutindo o tema educação alimentar estava sendo muito ressentida. Nesse aspecto,
264 a senhora Maria Emília registrou a presença da diretora de Currículos e de Educação
265 Integral, senhora Clarice, que acolheu o convite do Consea, conclamando para que
266 pudessem continuar discutindo juntos o tema da educação alimentar. O Senhor
267 Renato Maluf fez um esclarecimento e uma proposta. O esclarecimento seria
268 referente à dimensão política do Consea, advertindo que a presença de um ministro
269 de Estado a uma plenária simbolicamente representaria uma expressão de prioridade
270 política e que seria a primeira vez que um ministro de Estado, em onze anos, não
271 teria comparecido às plenárias do Consea. A proposta seria que fosse mencionada
272 mais nas recomendações a importância do tratamento do equipamento escola, pois,
273 segundo ele, as escolas talvez fossem o equipamento público mais capilar da

274 sociedade brasileira. O senhor Ribamar reafirmou as palavras dos conselheiros
275 anteriores referentes à ausência ministerial e registrou que foi discutido na CP5 e CP6
276 a necessidade de não dissociar a questão do consumir e o produzir, sobretudo na
277 questão da educação alimentar e nutricional. O senhor Dourado Tapeba narrou que
278 50% dos povos indígenas do Brasil praticamente estão nas cidades e nos perímetros
279 urbanos, e 50% estão nas aldeias, salientando que os que estão nas cidades seria
280 para evitar a fome, por isso, segundo ele, discordava dos dados sobre a erradicação
281 da fome no país. A senhora Anelise propôs que o Consea pudesse incorporar nas
282 recomendações e nas exposições de motivos, a perspectiva de promoção de um
283 debate para construir uma política de formação, educação permanente em Segurança
284 alimentar e nutricional para identificar melhor essas dimensões, responsabilidades,
285 incluindo o Ministério da Educação e os outros atores correlatos. A senhora Maria
286 Alaídes cumprimentou os expositores da mesa pelas experiências relatadas e realçou
287 a importância de priorizar alimentos saudáveis na alimentação, sobretudo produtos
288 regionais. A senhora Ana Paula Bortoletto reforçou a necessidade de discussão sobre
289 a questão da regulação dos alimentos, rotulagem e publicidade, pois, segundo ela, as
290 empresas multinacionais estão interferindo diretamente nessa questão. A Senhora
291 Anne Kepple (FAO) sugeriu incluir nas propostas apoiar ou pressionar os
292 representantes do governo brasileiro para também em âmbito internacional pudessem
293 falar sobre a experiência brasileira e influir nessas discussões. Em seguida, a senhora
294 Maria Emília anunciou a chegada da ministra Tereza Campello do MDS, dando por
295 encerrado os trabalhos da mesa, agradecendo a todos e convidando-os a retornar
296 depois do almoço para ouvir as manifestações dos demais inscritos. Em seguida,
297 convidou a ministra Tereza Campello e o senhor Alan Bojanic, representante da FAO
298 no Brasil, para comporem a mesa, comunicando que, conforme a pauta, naquele
299 momento, seria realizado o lançamento oficial do relatório “O estado da segurança
300 alimentar e nutricional no Brasil :um retrato multidimensional”, cedendo a palavra ao
301 senhor Alan Bojanic. O Sr. Alan Bojanic cumprimentou a todos e disse estar ali para
302 apresentar o relatório que mostra o estado da segurança alimentar no Brasil e que
303 também é parte do grande relatório da FAO que todos os anos se faz que se chama
304 SOFI 2014, em inglês, “o estado da insegurança alimentar no mundo”, dados
305 levantados em mais de 115 países registrados no relatório que mostravam avanços.
306 O senhor Alan discorreu sobre o SOFI Global, depois da América Latina e, por fim, o
307 Brasil, relatando as ações desde a criação do Consea, os resultados e os avanços

308 obtidos no campo da segurança alimentar e nutricional. Terminada sua exposição, a
309 palavra foi dirigida à senhora ministra Tereza Campello que cumprimentou a todos,
310 fazendo referência ao relatório que observou cento e dezenove países, construído e
311 monitorado pela FAO ao longo dos últimos 50 anos, e que seria a primeira vez que o
312 Brasil teria saído do mapa da fome. Segundo ela, a FAO considera 5% da população
313 com subalimentação para estar no mapa da fome e que o Brasil não teria esses 5%,
314 mas sim 1,7% da sua população em situação de subalimentação. Destacou ela que o
315 Brasil vem reduzindo a situação de subalimentação de forma sustentável,
316 permanente. Em seguida, a senhora Maria Emília agradeceu pela exposição e abriu
317 espaço para manifestação da plenária. O senhor Renato Maluf agradeceu pela
318 escolha da plenária do Consea para apresentação do relatório. Fez observações
319 sobre heterogeneidade da população pesquisada, mas, segundo ele, o relatório é
320 bem-vindo. Acrescentou que chama a atenção o aumento do número de
321 subalimentados na África, pois, segundo ele, os investimentos e cooperação com a
322 África também aumentaram nos últimos 10 ou 15 anos e que isso causava
323 estranheza. O conselheiro Renato teceu comentários a respeito da escolha das
324 metodologias, enfatizando que a FAO do Brasil teve o cuidado de recuperar
325 metodologias desenvolvidas no Consea, em outros institutos, ouvindo a todos. O
326 senhor Dalmo Oliveira salientou que seria interessante fazer um recorte racial dos
327 dados do relatório para se ter também a dimensão de como o enfrentamento à fome
328 tem um impacto imediato na questão da promoção da igualdade racial. O senhor
329 Dalmo destacou a questão da comunidade cigana, na região da cidade de Souza, no
330 sertão da Paraíba que se tratava de comunidade historicamente vulnerável e de
331 insegurança alimentar, bem como as nações indígenas, Potiguara e Tabajara. A
332 senhora Ana Maria Segall reiterou que haveria necessidade de que as políticas
333 universais brasileiras tenham cara e modelo adequados para atingir as populações
334 mais vulneráveis, como os quilombolas, os indígenas, a população de rua, e mais
335 ainda, as populações das periferias das grandes cidades em situação de muita
336 vulnerabilidade. Segunda ela, a ministra não falou em política de focalização, mas que
337 teria convicção de que o assunto iria voltar à agenda do Consea, a partir do próximo
338 ano. A senhora Elza Franco enfatizou que para chegar às populações efetivamente
339 mais vulnerabilizadas, não se deveria repetir o que foi feito nas demais populações,
340 mas sim a capacidade inventiva de desenhar programas com estratégias
341 diferenciadas para as famílias com características tão específicas. Finalizadas as

342 manifestações da plenária, a palavra retornou à mesa com o senhor Alan Bojanic que
343 disse ser difícil responder sobre as causas do aumento da fome no continente
344 africano, mas que teria a ver com os conflitos internos e as desigualdades de renda,
345 entre outros fatores. Mas que a África tem adotado a mesma estratégia da América
346 Latina de erradicar a fome para o ano 2025 e que a experiência brasileira é uma das
347 melhores a serem levadas para a África por conta das similitudes em muitos
348 aspectos. O senhor Alan agradeceu à equipe que participara para a realidade do
349 relatório. A ministra Tereza Campello enfatizou que com relação ao crescimento da
350 fome na África, a cooperação internacional que é feita é muito nova, mas que dos 44
351 países da África os que melhoraram são exatamente aqueles que têm cooperação na
352 agenda de SAN com o Brasil. A ministra referiu-se também que pela primeira vez o
353 ministério conseguiu montar um quadro de acompanhamento mostrando a situação
354 de evolução da pobreza e de extrema pobreza no Brasil do ponto de vista
355 multidimensional. A ministra Tereza Campello disse concordar que não se poderia
356 abandonar em hipótese alguma a agenda da universalização na saúde, na educação,
357 na segurança alimentar, na assistência social e outras. Finalizando, destacou que o
358 ministério estaria fazendo um estudo com diferentes etnias para tentar entender como
359 poderia tratar de políticas que levem acesso às comunidades com insegurança
360 alimentar e que para conseguir isso contava com o empenho e a cobrança
361 permanente do Consea para continuar avançando. A senhora Maria Emília agradeceu
362 pela exposição de todos, registrando o significado político, simbólico, social do debate
363 do relatório no Consea, reafirmando posições colocadas de continuar avançando e
364 aprimorando os programas, as políticas e o enfrentamento de questões estruturantes
365 da sociedade brasileira e da necessidade de avançar no debate pautado no Consea
366 do direito a terra e território. Finalizando, conclamou a todos para que estivessem de
367 volta às 14h30 para a retomada dos trabalhos. Ao iniciar a pauta da tarde, a senhora
368 Maria Emília passou a palavra ao senhor Marcelo Lemos da Cáritas para o informe
369 sobre a campanha mundial “Uma família humana, pão e justiça para todas as
370 pessoas”, convidando a todos para a Semana Internacional da Alimentação que seria
371 realizada nos dias 15 a 17 de outubro, no Centro Cultural, no CCB, em Brasília. Neste
372 momento, a senhora Maria Emília recompôs a mesa da parte da manhã para ouvir as
373 três pessoas que ainda estavam escritas. A senhora Albaneide do FNDE destacou os
374 programas que estão sendo tratados com relação à educação alimentar, enfatizando
375 o Guia do Livro Didático, o GT de Quilombolas, o GT dos Indígenas. Ela reiterou que

376 estava ali na plenária representando o ministro da Educação que não pôde
377 comparecer por ter agenda fora de Brasília, mas que a recomendação do ministro
378 seria que se discutisse orçamento específico para educação alimentar e nutricional. O
379 senhor Lídio Coradin chamou a atenção da necessidade de tornar os alimentos sem
380 agrotóxicos mais conhecidos e que a sociedade brasileira não valorizaria
381 adequadamente a biodiversidade nativa. A senhora Patrícia Jaime (MS) comunicou
382 que os Ministérios da Justiça e da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à
383 Fome estariam trabalhando numa portaria interministerial que iria dispor sobre a
384 oferta de alimentos do sistema prisional brasileiro trazendo padrões para o
385 estabelecimento da alimentação ofertada nos presídios, mas também as bases e
386 diretrizes para educação alimentar e nutricional, intensificando as ações do PAA. A
387 senhora Maria Rita da Universidade Estadual Paulista relatou que estava
388 representando uma das universidades que iriam apoiar o fortalecimento do Sisan e
389 que não poderia deixar de narrar a experiência de uso da educação a distância e
390 colocar a alimentação e nutrição no currículo escolar. Finalizadas as inscrições, a
391 palavra voltou à mesa, com o senhor José Joílson que agradeceu o convite, dizendo
392 que as ações de promoção à saúde na escola iriam continuar, mas que precisavam
393 ser aprimoradas, assim como a senhora Lélia. A senhora Elisabetta Recine enfatizou
394 a necessidade de continuidade das ações, mas realçou que a verdadeira efetividade
395 da educação alimentar e nutricional seria vista quando a articulação de dimensões
396 fosse efetiva, como também que fosse retomada a questão da formação que ficou
397 colocada em segundo plano. O secretário Arnoldo respondendo às manifestações da
398 plenária disse que o tema da agricultura urbana não entrou no balanço e que se fosse
399 entrar seria um balanço negativo, principalmente no que concerne ao MDS, mas que
400 a próxima plenária do Consea seria sobre segurança alimentar nos grandes centros
401 urbanos, e que o tema seria incorporado. Em relação à população carcerária, o tema,
402 segundo ele, extrapolava o tema da educação e que talvez fosse algo que o Consea
403 pudesse dimensionar o problema e cobrar soluções. Ele reafirmou que concorda com
404 os marcos legais, sanitários, e que as políticas de fomento e de crédito são um
405 desafio grande, pois as pessoas não conhecem os benefícios e que o trabalho de
406 acostumar-me com os padrões realmente é um desafio enorme. Dando
407 prosseguimento, a senhora Maria Emília pontuou alguns aspectos importantes que
408 foram sublinhados e que deveriam ser acrescidos na exposição que iria ser
409 preparada. Um deles seria a educação alimentar e nutricional com base no marco

410 referencial e com o sentido de várias dimensões, e que isso se traduziria no princípio
411 da intersetorialidade. Segundo, o equipamento escola, a escola com sua capilaridade,
412 do alimento ser elo entre escola e a comunidade. Maria Emília também destacou que
413 seria importante incorporar na proposta que se devesse tomar a iniciativa de fazer um
414 diálogo com o Conselho de Educação, com a representação da Undime. Outro
415 aspecto destacado pela senhora Maria Emilia foi a importância de se continuar
416 trabalhando a perspectiva de formação permanente em SAN e a questão do
417 investimento na capacitação em SAN, sendo que já havia um compromisso do
418 ministro da Educação com relação aos recursos para a educação alimentar. E
419 também registrou a importância de dar ênfase à biodiversidade nativa e relatou que
420 gostaria de acatar como uma proposta que se ampliasse o debate que interligava
421 biodiversidade, saúde, nutrição, acrescentando que haveria mesmo um
422 desconhecimento ou falta de consciência em relação à relação biodiversidade/saúde
423 e nutrição e que isso deveria ser acrescentado à Exposição de Motivos com a
424 perspectiva do Consea. O Senhor Renato Maluf questionou que os temas são muito
425 vastos, diversos e que envolveriam muita interlocução e que estaria preocupado a
426 respeito de quem seria os interlocutores nesse diálogo, como também com o
427 processo de monitoramento. Segundo ele, seria necessário para avaliação futura,
428 definir os temas de alguma maneira que facilitasse esse monitoramento e que
429 escolhessem as prioridades. E, por último, sugeriu que a presidenta do Consea
430 solicitasse uma audiência com o ministro da Educação para comunicar a ele o
431 resultado do presente debate e formulasse convite para que ele viesse a uma próxima
432 plenária. A senhora Maria Emília acatou as sugestões. A senhora Regina Barros
433 advertiu que ficara de fora das propostas a questão da tradicionalidade e do alimento
434 tradicional, sugerindo elencá-la como questão prioritária. Sugestão acolhida.
435 Finalizando esse ponto de pauta, a senhora Maria Emília anunciou o item da agenda
436 de preparação da 5ª Conferência Nacional de segurança alimentar e nutricional,
437 reiterando a data e local já definidos na plenária anterior de **3 a 6 de novembro de**
438 **2015** em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Maria Emília
439 também destacou as datas para as **conferências territoriais e municipais que seria**
440 **até 30 de junho de 2015** e das **conferências estaduais é até 15 de agosto de**
441 **2015**. Outro ponto seria a indicação de membros para subcomissões da comissão
442 organizadora, ressaltando que a comissão organizadora seria formada pelo Grupo
443 Executivo e que participariam do Grupo Executivo: a presidenta do Consea,

444 Secretaria Geral do Consea, coordenadores das subcomissões, representantes da
445 mesa diretiva do Consea, representantes da Comissão de Presidentes dos Conseas
446 Estaduais, representantes do governo local, representante da Caisan, e Secretaria
447 Executiva do Consea. Seriam dez pessoas que comporiam o Grupo Executivo e cabia
448 à Comissão de Presidentes de Consea Estadual indicar quem iria integrar o Grupo
449 Executivo, sendo indicada a senhora Rosa, como titular, e a Eurípia, como suplente.
450 Segundo ela, os demais que participariam do Grupo Executivo seriam pessoas que já
451 estariam na respectiva representação. Quanto às subcomissões: uma delas de
452 **conteúdo e de metodologia**, e a outra de **infraestrutura, mobilização e**
453 **comunicação**, assim distribuídas: Participação da **Subcomissão de Conteúdo e**
454 **Metodologia**: Anelise, como titular e Írio, como suplente, representando a Comissão
455 Permanente 1; a Comissão Permanente 2: Renato Maluf, como titular, Nathalie, como
456 suplente; Comissão Permanente 3: Cristiane; Comissão Permanente 4: Célia;
457 Comissão Permanente 5: Regina, como titular, Edgar, como suplente; Comissão
458 Permanente 6: Daniela Frozi; Comissão Permanente 7: Elizabetta, como titular, Sônia
459 Lucena, como suplente; e a Comissão de Presidentes de Consea, Kátia, como titular,
460 Norma, como suplente. Na **Subcomissão de Infraestrutura de Mobilização e**
461 **Comunicação** estariam indicados: Elza, pela CP1; Cleyse, pela CP2; Jaime, pela
462 CP3; Aldenora, pela CP4; Ribamar, como titular e Edgar, como suplente na CP5;
463 CP6, Dourado; CP7, Ana Paula Bortoletto, como titular e a Aldenora, como suplente.
464 E CPCE Gil Marcos, como titular; Ivan, como suplente. Maria Emília esclareceu que
465 as escolhas vêm das próprias comissões e que caberia à plenária acolhê-las.
466 Passando aos temas dos encontros temáticos, Maria Emília explicou que havia nove
467 indicações de temas, mas que seriam realizados apenas quatro: **alimentação**
468 **adequada e saudável, qualidade e diversidade alimentar, biodiversidade,**
469 **transgênicos, agrotóxicos, biofortificação, consumo**, proposta da CP1. A CP7
470 propôs o tema de **obesidade e desigualdades ou obesidade ou nova fome**. O GT
471 Gênero propôs **a atuação das mulheres na construção do Sisan**. A CPCE propôs
472 três temas: **reforma agrária e desenvolvimento da SAN; SAN e biomas; água e**
473 **produção de alimentos, transposição do Rio São Francisco**. A CP3 propôs
474 **desenvolvimento urbano com segurança alimentar**; e a CP2 o tema **nutrição**.
475 Como encaminhamento, Maria Emília sugeriu que cada comissão escolhesse um
476 participante para explicar a escolha do tema. O senhor Milton Rondó Filho frisou que
477 relacionar bioma com segurança alimentar nutricional não seria entrar na discussão

478 dos diversos biomas, mas pensar um arquétipo para tratar o tema a partir de biomas,
479 considerou ainda importante discutir o tema da qualidade da água nas cisternas do
480 semiárido. O senhor Eurico considerou importante a discussão do tema da água e da
481 reforma agrária. A senhora Sandra Rodrigues da CP Gênero enfatizou que o tema
482 escolhido da atuação das mulheres na construção da soberania e segurança
483 alimentar e nutricional, não só especificamente do Sisan, mas do papel das mulheres
484 nesse sentido. O senhor Pedro Kitoko sugeriu que a Mesa Diretora se apropriasse
485 das propostas de temas feitas nas comissões para reflexão, apresentando na próxima
486 plenária um posicionamento mais consolidado. A senhora Maria Emília ponderou ao
487 senhor Pedro que a senhora Anelise também teria conjecturado que seria difícil
488 escolher temas para os encontros temáticos sem ter uma definição geral do lema da
489 conferência. O senhor Marcelo ponderou que, administrativamente, seria melhor
490 lançar uma licitação para cada um dos encontros temáticos e não em bloco para
491 evitar atrasos. Dando seguimento, a senhora Maria Emília interrompeu as
492 manifestações para passar à escolha do lema central da conferência. O senhor
493 Marcelo fez a leitura das sugestões dos lemas sugeridos advindas das comissões e
494 grupos de trabalho: **CP1**, a implantação do Sisan nos territórios, SAN no nível local,
495 participação social, território, intersectorialidade; A **CP2** propôs ampliação do prazo
496 para definição do lema para a próxima plenária, mas considerando alguns elementos
497 como a própria noção de comida e sua relação com território, sistemas alimentares,
498 participação social, inovação e tecnologia sociais, trajetória histórica da saída do
499 Brasil do mapa da fome, como se construiu essa conquista, valorização da agenda
500 pública de segurança alimentar, Sisan; A **CP3** também sugeriu mais tempo para
501 aprofundamento de ideias, apontando algumas questões como territorialidade e
502 questões associadas a local, cultura alimentar, soberania alimentar, disputas do
503 território como espaço de soberania, a diversidade como direito, como riqueza,
504 alimentação do trabalhador, transgênicos, agrotóxicos, terra e território. A **CP4** propôs
505 os lemas “Sisan, efetivação de direitos e soberania alimentar no campo e na cidade” e
506 “Construindo o Sisan com protagonismo popular”; A **CP5 e CP6** destacaram as
507 questões de territorialidade: “Uma garantia à soberania alimentar, que preserva a vida
508 e a cultura” e “Comida e território, direito universal de todos os povos”. A **CP7** apontou
509 elementos de como superar as iniquidades existentes: sistemas alimentares
510 saudáveis e sustentáveis como expressão de forma mais brasileira; O **GT Gênero**
511 sugeriu alimentação adequada e saudável, território, diversidade e direitos, Sisan:

512 Construção de direitos e soberania alimentar no campo e na cidade; e a **CPCE**: “O
513 Sisan que temos e o que queremos”, “Sisan ontem, hoje e amanhã: A trajetória da
514 garantia do direito humano de alimentação adequada”, “Sisan construção de direitos e
515 soberania alimentar no campo e na cidade”. Dito isso, Maria Emília fez o
516 encaminhamento de que a Mesa Diretiva fizesse a organização dessa reflexão do
517 sentido político do lema, pensando em eixos para tentar afinar lema. Quanto aos
518 encontros temáticos, Maria Emília considerou inviável definir local e número de
519 participante sem definição do que seria debatido e que seria possível avançar no que
520 já estava consensuado e que já deveria ser objeto de expediente licitatório: 1 – O
521 encontro de segurança alimentar e nutricional na Amazônia com cerca de 200, 250
522 pessoas. Quanto aos demais encontros temáticos, Maria Emília propôs que as
523 comissões que identificaram propostas similares que tentassem harmonizá-las,
524 usando para isso reuniões a distância. Em seguida, encerrando este ponto de pauta,
525 explicou que não haveria tempo hábil para os relatos das comissões e GTs, sugerindo
526 passar à apreciação da proposta da exposição de motivos dirigida à Casa Civil para a
527 retirada do caráter de urgência, urgentíssima de proposta que fere direitos dos povos
528 e comunidades tradicionais, segundo a Convenção nº 169, sendo aprovada por *ad*
529 *referendum* da plenária. Prosseguindo, Maria Emília fez a leitura da recomendação,
530 sugerida pelas CP5 e CP6, dirigida à Casa Civil da Presidência da República para
531 que o anteprojeto de lei que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético destinado
532 à agricultura e alimentação, elaborado pelo MAPA, e enviado à Presidência da
533 República, através da EM nº 0021/2014, fosse submetido para apreciação do Consea
534 e de outros conselhos afins antes da submissão ao Congresso Nacional, sendo
535 aprovado pela plenária. Em seguida, Maria Emília, avisou que estava aberto até o dia
536 26 consulta pública para proposta sobre a regulamentação da lei que trata dos termos
537 de parceria, do acesso aos recursos públicos ao chamado marco regulamentário das
538 organizações da sociedade civil. Por último, a senhora Célia Bezerra fez um relato do
539 encaminhamento que estaria sendo dado a respeito da interação do Consea com a
540 Secretaria de Direitos Humanos em relação à Comissão de Violação de Direitos
541 Humanos. Não havendo mais nada a tratar, a presidenta Maria Emília finalizou a
542 reunião, agradecendo a presença de todos.